

Interessado	Conselho Municipal de Educação - CME	
Assunto	Diretrizes Gerais para organização flexível da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Municipal de Ensino de São Paulo	
Comissão Temporária - Portaria CME nº 21/2021	Conselheiras Neide Cruz (Presidente), Sueli de Paula Mondini, Lucimeire Cabral de Santana, Maria Adélia Gonçalves Ruotolo e Silvana Lucena dos Santos Drago	
Recomendação CME nº 04/2021	Aprovada em Sessão Plenária de 23/09/2021	Publicada no DOC de 14/10/2021, páginas 14, 15 e 16

01	I – RELATÓRIO
02	1. HISTÓRICO
03	O Conselho Municipal de Educação (CME), órgão normativo e deliberativo, com incumbência de
04	propor encaminhamentos para as questões relativas ao funcionamento do Sistema Municipal de
05	Ensino, no uso de suas atribuições, com fundamento nos incisos III e IV do Art. 11 e no Art. 18, da
06	Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB), e no § 2º do artigo 200 da Lei Orgânica do Município, observou
07	a necessidade de ajustes na organização e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos
08	(EJA) oferecida pela Secretaria Municipal de Educação (SME).
09	Esta necessidade decorre do acompanhamento e do monitoramento da oferta da EJA, os quais
10	vêm sendo realizados e substanciados por estudo, tanto dos dados relativos ao aproveitamento
11	dos estudantes, como dos relatórios apresentados pelas Unidades Educacionais, que mostram
12	que os resultados apresentam, ainda, alto índice de reprovação e de abandono, razão pela qual o
13	CME aponta como prioridade a realização de análise atualizada sobre propostas da EJA, bem
14	como de evolução do cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Educação, para
15	assim dimensionar os desafios que se impõem para o alcance dos objetivos traçados.
16	O estudo da matéria, teve como base a norma nacional constituída pela Resolução CNE/CEB nº
17	01/2021, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 1/2021, que instituiu <i>Diretrizes Operacionais</i>
18	<i>para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Política Nacional de Alfabetização e a Base</i>
19	<i>Nacional Comum Curricular (BNCC) e Educação de Jovens e Adultos a Distância</i> ; a legislação e
20	normas relativas à essa modalidade, os documentos elaborados pela Secretaria Municipal de
21	Educação (SME), os dados do Censo Demográfico de 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia
22	e Estatística - IBGE, 2010) e do Censo Escolar 2020, os dados gerenciais do Sistema EOL
23	referentes ao ano 2019 fornecidos pela SME/COTIC em 31/05/2021, desagregados por
24	Diretorias Regionais de Educação (DREs). Complementarmente, foi realizado levantamento
25	de pesquisas e artigos que tratam da temática em questão, bem como de projetos
26	inovadores que respeitam as especificidades dos estudantes da EJA, desenvolvidos nas
27	Unidades Municipais e divulgados em seus próprios sites ou no portal da SME.

28	2. FUNDAMENTAÇÃO
29	2.1. Direito à Educação de Jovens e Adultos: Documentos Internacionais
30	Neste início do terceiro milênio observam-se perspectivas positivas incorporadas aos planos
31	nacional e internacional em relação à Educação de Jovens e Adultos, a partir da aprovação de
32	declarações, acordos, leis e documentos sobre o direito humano à educação ao longo da vida que
33	cobram dos governos políticas para sua efetivação.
34	<i>As referências internacionais oriundas de acordos e metas para a temática da EJA, na entrada do</i>
35	<i>terceiro milênio, estavam demarcadas por três agendas principais: os Objetivos de</i>
36	<i>Desenvolvimento do Milênio (ODMs), acordo assinado em 2000; as metas de Educação Para</i>
37	<i>Todos (EPT), criadas em 1990 em Jomtien (Tailândia) e renovadas em 2000 em Dakar (Senegal); e</i>
38	<i>a Declaração de Hamburgo (Alemanha) e a Agenda para o Futuro subscritas em 1997 na V</i>
39	<i>Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea).</i>
40	<i>O ano de 2015 é referência para os dois primeiros acordos, prazo em que as</i>
41	<i>metas estabelecidas vencem. No caso da Declaração de Hamburgo, uma</i>
42	<i>nova Confintea ocorreu em 2009 em Belém do Pará, reafirmando</i>
43	<i>compromissos para a EJA e estabelecendo novas estratégias para o seu</i>
44	<i>desenvolvimento. (Di Pierro e Haddad, 2015)</i>
45	Tomados em conjunto, a Recomendação sobre Aprendizagem e Educação de Adultos (2015), o
46	Marco de Ação de Belém - 2009, o Marco de Ação Educação - 2030 e a Agenda 2030 para o
47	Desenvolvimento Sustentável são ferramentas fortes e integradas que podem impulsionar o
48	progresso na Aprendizagem sobre Educação de Adultos - AEA, de agora até 2030.
49	Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4 - <i>Assegurar a educação inclusiva e</i>
50	<i>equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para</i>
51	<i>todos</i>) previsto na Declaração de Incheon (Coreia do Sul), aprovada em maio de 2017, por mais
52	de 150 países, inclusive pelo Brasil, constitui o compromisso da comunidade de educação no
53	acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem, no
54	contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida. Reconhece a educação como um
55	bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros
56	direitos. Esse objetivo composto por 7 metas reforça o compromisso internacional e nacional
57	com uma educação transformadora e comprometida com a inclusão e a equidade. Por isso é
58	imprescindível concentrar esforços para eliminar as desigualdades e oferecer condições para
59	assegurar que <i>ninguém seja deixado para trás</i> .
60	2.2. O Direito dos Jovens e Adultos à Educação: Leis e Normas Nacionais
61	Cabe, inicialmente, destacar que a EJA se constitui como um direito social, garantido nos
62	textos constitucionais dos três entes federativos: União, Estados, Distrito Federal e
63	Municípios (estes, pelas suas Leis Orgânicas), na legislação federal e, especificamente, na
64	municipal, bem como nas normas dos respectivos Conselhos de Educação, compondo
65	direcionamento para uma política pública que propicia inclusão social daqueles que,

66	historicamente, não tiveram acesso ou foram excluídos da escola por razões, sobretudo,
67	socioeconômicas, agravadas, em muitos casos, por integrarem minorias ou segmentos
68	colocados à margem dos bens da sociedade e do reconhecimento dos direitos civis, políticos
69	e sociais. (<i>Referenciais Legais e Normativos</i> para a EJA são apresentados nos ANEXOS I e II).
70	2.3. Educação Inclusiva e ao Longo da Vida
71	Tendo em vista que a educação brasileira é orientada pelos pressupostos da educação inclusiva e
72	ao longo da vida, que assegura o direito equitativo de acesso, permanência, participação e
73	aprendizagem permanente de todos, sem exceção, a Educação de Jovens e Adultos representa
74	possibilidade educativa para pessoas que historicamente foram marginalizadas da escola, por
75	motivos sociais e econômicos diversos, quando não agravados por serem mulheres ou de
76	minorias étnicas, negros, índios, migrantes, LGBTQIA+, pessoas com deficiência.
77	A EJA desperta a atenção quanto às formas de atendimento que têm sido realizadas a fim de se
78	cumprir com o direito de todos à educação e tem se configurado como possibilidade para aquelas
79	pessoas que nunca foram à escola, porque não foram aceitas ou não tiveram possibilidade, e para
80	aquelas pessoas que a abandonaram ou permaneceram, mas não obtiveram desenvolvimento e
81	aprendizagem suficiente para seguir aprendendo.
82	Consta no 3º Relatório Global sobre Aprendizagem e educação de adultos de 2015 (UNESCO,
83	2016):
84	<i>[...]Todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça, etnia e</i>
85	<i>pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens,</i>
86	<i>especialmente aquelas em situações vulneráveis, devem ter acesso a</i>
87	<i>oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que as ajudem a adquirir o</i>
88	<i>conhecimento e as habilidades necessárias para aproveitar oportunidades e</i>
89	<i>participar plenamente na sociedade.</i>
90	O Relatório ressalta que o compromisso de propiciar o acesso à aprendizagem ao longo da vida a
91	todas as pessoas, tem alinhamento com outros compromissos relativos à Recomendação sobre
92	Aprendizagem e Educação de Adultos.
93	Reafirma também, em conformidade com o proposto em 2015, na Recomendação sobre
94	Aprendizagem de e Educação de adultos (UNESCO UIL, 2016) que:
95	<i>[...] O estabelecimento de uma política de educação de adultos reconhece o</i>
96	<i>valor da aprendizagem ao longo da vida e de sua potencial influência sobre</i>
97	<i>outras áreas da vida dos indivíduos, como a família, a saúde e a participação</i>
	<i>social.</i>
98	2.4. Garantia do Direito à Educação de Jovens e Adultos no Brasil
99	Desde o final da década de 80, a educação escolar tem sido pauta de discussões de,
100	praticamente, todos os setores representativos da sociedade. Com a promulgação da
101	Constituição de 1988, seguida pelas Constituições Estaduais e pelas Leis Orgânicas dos
102	Municípios, o país começou a definir de forma mais sistêmica as obrigações do Poder Público em

103	cada um dos níveis de ensino,
104	tendo esse processo culminado na edição da LDB, em 1996.
105	Balizados pela nova LDB de 1996, temas antes pouco discutidos tornam-se pontos centrais, tais
106	como, definição de competências e obrigações dos diferentes setores envolvidos no processo de
107	educação escolar (governos, famílias, dirigentes e comunidade escolar); recursos para o
108	financiamento do ensino; flexibilidade relacionada com, entre outros fatores, autonomia
109	gradativa e proposta pedagógica de cada escola, conteúdos curriculares, classificação e
110	reclassificação de estudantes, aceleração e avanços de estudos, calendário e organização escolar
111	próprios, avaliação contínua e cumulativa, progressão regular por ano/série, progressão parcial e
112	continuada, aproveitamento de estudos, ciclos, alternância de período de estudos, grupos não
113	seriados, avaliação de competências, valorização da experiência extraescolar, entre outros.
114	Mesmo com todas as possibilidades de flexibilização expressas na LDB, pesquisas reforçam a
115	tese que atribui a baixa procura pela modalidade Educação de Jovens e Adultos, em grande
116	medida, à inadequação do modelo escolar que não atende as necessidades e condições de
117	aprendizagem dos jovens e adultos das camadas populares.
118	Com efeito, boa parte da investigação sobre o ensino de jovens e adultos no Brasil versa sobre
119	a elevada evasão e os resultados de aprendizagem insatisfatórios observados na modalidade,
120	as dificuldades que os estudantes têm em conciliar trabalho e estudo, a precariedade das
121	condições do ensino noturno, e as especificidades da docência nessa modalidade de ensino.
122	(HADDAD, 2002; RIBEIRO, 2009).
123	Conforme pesquisa de Soares (2011), são indicados um conjunto de atributos que conferem
124	especificidade à EJA: abordagem pedagógica que articula escolarização Soares (2011), são
125	apontados em vários estudos um conjunto de atributos que conferem especificidade à EJA:
126	abordagem pedagógica que articula escolarização à transformação das condições de vida dos
127	aprendizes e comporta diversidade de tempos e espaços de aprendizagem; acolhimento da
128	diversidade de sujeitos; contextualização do currículo e sua conexão com a experiência de vida
129	e bagagem cultural dos educandos; disponibilidade de recursos didáticos específicos;
130	existência de políticas de assistência estudantil; profissionalização e condições de trabalho
131	docente que inibem a rotatividade e favorecem a formação em serviço.
132	
133	3. EJA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
134	A oferta institucional de Educação de Adultos, pelo Município de São Paulo, teve início na década
135	de 1970, quando, no âmbito da então Secretaria de Bem-Estar Social, o Município manteve
136	turmas de alfabetização, em convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), do
137	Governo Federal, substituído, mais tarde, pela Fundação Educar.
138	Posteriormente, ainda sob a égide da Lei nº 5.692/1971, que fixava diretrizes e bases para o
139	ensino de 1º e 2º graus, foram criadas, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SME),
140	classes noturnas de Ensino Supletivo de 1º grau nas escolas municipais, bem como Escolas
141	Municipais de Ensino Supletivo de 1º Grau e Escolas Municipais de Ensino Supletivo de 2º Grau.
142	Na década de 90, pelo Decreto nº 33.894/1993, foram criados os então inovadores Centros
	Municipais de Ensino Supletivo (CEMES), que funcionavam nos três períodos do dia, com

143	atendimento semipresencial. O estudante retirava as chamadas “unidades de estudo”
144	(fascículos), estudava e retornava, de acordo com suas possibilidades, para a correspondente
145	avaliação. Cada estudante tinha, portanto, seu tempo de “percurso” para a conclusão do Ensino
146	Fundamental. Com horários e frequência flexíveis, o estudante realizava os estudos nos seus
147	momentos disponíveis, contando com intervenções pedagógicas para orientação e
148	esclarecimento de dúvidas. Uma equipe de professores capacitados realizava esses atendimentos
149	individuais e para momentos coletivos com projetos tematizados e contextualizados, de acordo
150	com a realidade dos estudantes, cabendo-lhes, então, a oportunidade de participação e a
151	construção do seu conhecimento. (São Paulo: SME / COPED, 2020.)
152	Em 1998, o CME editou a Indicação CME nº 05/1998 e a Deliberação CME nº 04/1998, com
153	normas sobre o “funcionamento de cursos e de exames supletivos correspondentes ao ensino
154	fundamental na rede escolar municipal”. Já dizia essa Indicação, que a <i>“regra, até recentemente</i>
155	<i>predominante, de organizar os cursos supletivos segundo a mesma estrutura adotada para os</i>
156	<i>cursos regulares, não deve ser considerada a única nem a melhor solução, em todas as situações,</i>
157	<i>para a clientela a que se destina. Não apenas pelo fato de que os cursos supletivos não precisam</i>
158	<i>ser, necessariamente, versões compactas dos cursos regulares, mas porque os próprios cursos</i>
159	<i>regulares adquiriram uma flexibilidade de organização que não possuíam anteriormente”</i> . No seu
160	artigo 8º, a Deliberação CME nº 04/1998 abria a possibilidade de a SME propor alternativas de
161	organização de cursos “que melhor atendam as características do alunado, seus interesses,
162	condições de vida e de trabalho” (g. n.), sendo esse o caminho para a proposição e a
163	implementação de projetos mais flexíveis e inovadores.
164	Alinhada com esse Parecer, em 2002, a SME propôs o então Projeto CIEJA - Centro Integrado de
165	Educação de Jovens e Adultos, com currículo inovador, que foi aprovado pelo Parecer CME nº
166	10/2002. Dele, resultou o Decreto Municipal 43.052/2003, pelo qual os CEMES passaram a
167	Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos - CIEJAs.
168	Também, na mesma linha, a SME promoveu uma reorganização flexibilizadora da EJA na Rede
169	Municipal de Ensino, autorizada pelo Parecer CME nº 96/2007, que foi parcialmente
170	implementada instituindo as etapas de Alfabetização, Básica, Complementar e Final e as
171	alternativas de frequência na primeira e na última aula noturna.
172	Posteriormente a SME apresentou ao CME nova proposta de Reorganização da EJA, que foi
173	aprovada pelo Parecer CME nº 202/2010, o qual recomenda que a SME deve <i>“flexibilizar por meio</i>
174	<i>de Programas e Projetos, o atendimento a esta modalidade de ensino com vistas a assegurar as</i>
175	<i>peculiaridades que lhe são próprias”</i> , reforçando, assim, a necessidade de se buscar modos
176	diferenciados para atendimento desse segmento.
177	Em 2012, a SME propôs o Projeto EJA Modular, em parte estruturada como a EJA oferecida nas
178	Escolas Municipais e nos CIEJAs, com as mesmas 4 etapas, o qual foi aprovado pelo Parecer CME
179	nº 234/2012.
180	Anteriormente, em 2008, a SME havia aderido ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens
181	(Projovem), mediante convênio com o Governo Federal, objetivando promover a reinserção de
182	jovens de 15 a 29 nos processos educacionais, de qualificação profissional e de desenvolvimento

183	humano. Esse projeto foi redesenhado em 2016, como Projovem Urbano, para jovens com idade
184	entre 18 e 29 anos, com ações de elevação de escolaridade, visando à conclusão do Ensino
185	Fundamental, qualificação profissional inicial e participação cidadã, contando com material
186	didático próprio, bolsa para os estudantes permanecerem no curso, e salas de acolhimento de
187	filhos enquanto participavam das atividades.
188	3.1. Possibilidades de Atendimento para Jovens e Adultos
189	Considerada em seu sentido mais amplo, de aprendizagem ao longo da vida, atualmente, a
190	Educação de Jovens e Adultos, tem oferta pública municipal em diferentes formas:
191	1. <u>Atendimento Escolar com certificação do Ensino Fundamental</u> em Unidades Educacionais da
192	Rede Direta da SME:
193	a) <i>EJA Regular</i> ;
194	b) <i>EJA Modular</i> ;
195	c) <i>Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA)</i> , de projeto especial, passou a
196	Unidade Educacional com a Lei 15.648/12, regulamentada pelo Decreto 53.676/12 de 28/12/12.
197	2. <u>Cursos livres</u> em outras unidades:
198	a) <i>Centros Municipais de Capacitação e Treinamento (CMCT)</i> , da Secretaria Municipal de
199	Educação, localizados em São Miguel Paulista e em Itaim Paulista, os quais oferecem cursos de
200	Qualificação Profissional nas áreas de panificação, confeitaria, elétrica residencial, mecânica de
201	autos, corte e costura e auxiliar administrativo.
202	b) <i>Iniciação ao Mundo do Trabalho (IMT)</i> , da Secretaria Municipal de Educação, que oferece
203	atendimento de jovens e adultos com deficiência e transtorno global de desenvolvimento, em
204	parceria com 16 instituições de Educação Especial sem fins lucrativos, localizadas em diversas
205	regiões da cidade.
206	3. <u>Outras formas de atendimento com ações intersetoriais</u> :
207	a) <i>Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA)</i> , em parceria entre a SME e
208	Organizações da Sociedade Civil – OSC, o qual oferece turmas de alfabetização em espaços
209	comunitários;
210	b) <i>Programa Operação Trabalho PopRua (POT PopRua)</i> , da Secretaria Municipal de Direitos
211	Humanos e Cidadania (SMDHC), uma especificidade do Programa Operação Trabalho (POT), da
212	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDDET), que visa
213	promover a inclusão social de pessoas que se encontram em situação de rua, por meio da
214	inserção educacional e produtiva, oferecendo oportunidades de participação em cursos de
215	profissionalização, matrícula em escolas para continuidade ou início da educação formal;
216	c) <i>Programa Transcidadania</i> , o qual envolve trabalho conjunto com diferentes Secretarias (Saúde,
217	Educação, Trabalho, Assistência Social) e setores da sociedade, sendo voltado para o
218	atendimento de pessoas travestis, mulheres transexuais e homens trans, em situação de
219	vulnerabilidade social, formando uma rede protetiva. A participação no Programa está vinculada
220	à matrícula e frequência em escolas públicas e participação em cursos e eventos promovidos pela
221	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC);

d) *Projeto Portas Abertas: Português para Imigrantes*, o qual é coordenado pela SMDHC, em parceria com a SME, que oferece o aprendizado da Língua Portuguesa para migrantes, independentemente de documentos, nacionalidade e situação migratória (imigrantes, apátridas, refugiados, etc.), que vêm e fixam residência no Brasil. É o primeiro curso público municipal de Português, oferecido como Política Pública, estando entre seus princípios a garantia de acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos, e o combate à xenofobia, ao racismo e toda forma de discriminação.

3.2. Perfil dos Estudantes no Município

Na modalidade EJA são atendidos jovens que não concluíram o Ensino Fundamental no tempo regular, adultos que buscam maior escolaridade devido às exigências do mundo do trabalho, idosos à procura dos processos de alfabetização, pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades que buscam resgatar o direito a educação e migrantes estrangeiros que querem melhorar seu aprendizado da Língua Portuguesa. Essa diversidade possibilita a integração de trabalhadores formais e informais, pequenos comerciantes, donas de casa, desempregados e pessoas em situação de rua.

Na EJA oferecida pela SME, segundo dados de 2019 (Sistema Escola Online), o perfil dos estudantes revela-se como indicado a seguir:

a. Maior concentração de mulheres

2019	Total de Matrículas	Matrícula por Sexo			
		Masculino		Feminino	
Total	46.970	20.909	45,5%	26.061	55,5%

b. Atendimento de estudantes na faixa etária de 15 a mais de 60 anos

2019	Total de Matrículas	Matrícula por Faixa etária					
		15 a 19	20 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 ou mais
Total	46.970	30,9%	19,2%	15,7%	18,8%	11,3%	4,4%

É de se notar que jovens de 15 a 19 anos constituem 30,9% dos atendidos, o que chama a atenção para o fenômeno da juvenilização da EJA, a qual, originalmente, visava assegurar oportunidades formativas a adultos trabalhadores, mudando assim sua característica, na medida em que passa a receber adolescentes e jovens provenientes do ensino regular, com histórico de retenção e que buscam meios para conclusão de sua escolaridade. Isto numa faixa etária correspondente a 5 anos (15 a 19 anos), enquanto as próximas faixas etárias, num intervalo de 21 anos (de 20 a 40 anos) atendem 34,9% do total de matriculados).

c. Raça/cor, segundo se autodeclararam

2019	Total de Matrículas	Matrícula por Raça/Cor					
		Branco	Negro	Pardo	Indígena	Amarelo	Não declarado
Total	46.970	14.168	3.651	15.749	91	123	13.188

d. Do total de matrículas na EJA (46.970), o atendimento do público da Educação Especial representa 1,71%, o que equivale a 806 estudantes, sendo que 70,4% destes estudantes estão matriculados nos CIEJAs.

Embora a diversidade humana (geracional, cultural, social, gênero, religiosa, étnica, deficiência) seja uma característica marcante da EJA, vem acompanhada de situações e experiências de vida comuns à grande maioria, marcadas pela impossibilidade de iniciar ou completar a Educação Básica no tempo próprio, e com históricos de exclusão social e negação de seus direitos à educação, saúde, trabalho digno, moradia de qualidade.

A Educação de Jovens e Adultos tem de partir, para sua configuração como um campo específico, da especificidade desses tempos da vida-juventude e vida adulta - e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos. Tem de partir das formas concretas de viver seus direitos e da maneira peculiar de viver seu direito à educação, ao conhecimento, à cultura, à memória, à identidade, à formação e ao desenvolvimento pleno (Arroyo, 2005).

As pessoas que buscam a EJA vivenciaram e vivenciam todo um processo de carências escolares e carências sociais. São pessoas que se encontram em uma situação social de “estar estudante”, ou seja, estão em busca de algo além do conhecimento formal, buscam a convivência, o reconhecimento, a inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

Embora marcados por diferentes contextos e histórias de vida, esses jovens e adultos têm um ponto em comum: escolhem desempenhar o papel de estudantes da EJA com aspirações em construir uma nova história no presente e ampliar suas possibilidades de planejar seu futuro, tendo a educação como uma importante aliada para a busca de novas conquistas. (Introdutório Currículo da Cidade – SME 2019)

Assim, pensar a EJA como uma modalidade de educação voltada para a garantia de direitos e cidadania, requer a conscientização de que se trata de um espaço educativo para pessoas que trazem experiências de uma vida ativa, produtiva, de responsabilidades sociais e familiares. Pessoas que trabalham ou buscam oportunidades de trabalho e que, no momento, também estão estudantes. São pessoas que consideram a escola, a educação, o meio para sua emancipação social; uma esperança para encontrarem caminhos de mudanças de vida, de trabalho, de resgate

294	de direitos, de construir ou reconstruir uma vida de melhor qualidade para si e para seus
295	familiares.
296	Os estudantes da EJA possuem necessidades diversas centradas, na maioria das vezes, em
297	aspirações pessoais ou, como em alguns casos, em aspirações de familiares ou de responsáveis.
298	Seja qual for o caso, trabalho e família estão entre as principais motivações para o retorno à
299	escola, ou a continuidade da Educação formal, e são, também, motivos para a evasão na EJA.
300	A garantia de sustento ou melhores condições de vida para a família, a busca por melhor
301	remuneração, ou mesmo, a inserção ou a (re)inserção no mundo do trabalho são fatores
302	fundamentais na vida de estudantes jovens e adultos. Sendo assim, um dos motivos da evasão
303	está na conciliação de horário entre trabalho e escola ou, no caso de mães jovens e adolescentes,
304	por exemplo, conciliar os horários da escola e de cuidados com seus filhos, em geral bebês e/ou
305	crianças. Muitas vezes a falta de flexibilidade de horários e/ou turmas ofertadas pela estrutura da
306	EJA não garantem a permanência desses estudantes.
307	Associada às questões relativas ao horário escolar/trabalho/cuidados com os filhos, está a
308	desmotivação do estudante, pois esta gera, silenciosamente, um sentimento de que a escola não
309	lhe pertence, e, conseqüentemente, gera uma naturalização da negação de direitos.
310	A EJA, como modalidade de educação, deve, obrigatoriamente, possuir estrutura diferenciada
311	necessária para suprir as necessidades dos estudantes. Embora se reconheça o esforço para
312	assegurar as especificidades da EJA, os resultados obtidos demonstram que ainda temos um
313	longo caminho a ser percorrido para que as pessoas que a frequentam possam, de fato, exercer
314	seu direito à educação.
315	<i>[...]Uma explicação otimista para a existência dessa modalidade reside no</i>
316	<i>fato desses sujeitos desejarem os estudos em busca de realização pessoal e</i>
317	<i>também a busca por uma cidadania responsável. Isso deve ser levado em</i>
318	<i>consideração, pois em grande parte dos casos, as pessoas atendidas pela</i>
319	<i>EJA tiveram o seu direito à educação negado em algum momento da vida, o</i>
320	<i>que torna imperativo reverter esse quadro [...]” (Introdutório Currículo da</i>
321	<i>Cidade – SME 2019)</i>
322	3.3. Atendimento da EJA na Rede Municipal de Ensino
323	Ao analisar os dados relativos ao atendimento na EJA na Rede Municipal, observa-se maior
324	concentração de matrículas na EJA Regular, fato esse compreendido, considerando que esta
325	forma de atendimento é oferecida por número, significativamente maior, de unidades
326	educacionais quando comparado às demais formas de atendimento - CIEJA e a EJA Modular, os
327	quais fazem uso de alguns institutos legais de flexibilização da organização curricular.

Tabela 1 - Dados relativos ao Atendimento da EJA na Rede Municipal

2019	Matrículas	EJA Regular		EJA Modular		CIEJA	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Matrículas	46.970*	29.563	63%	5.316	11,3%	12.091	25,4%

Fonte: Sistema escola on-line Matrículas 2019 Acesso em 31/05/2021

* do total de 47.686 matriculados, 716 estudantes tiveram transferência ou reclassificação – matrículas consideradas (46.970)

O atendimento dos 46.970 jovens e adultos na Rede Municipal de Ensino é realizado em 178 unidades educacionais (EMEFs/EMEFPs) e 16 CIEJAs.

Ao analisar os dados dos estudantes da EJA, por DRE (ANEXO III), com idades 15 e 16 anos observa-se que o percentual de matrícula é similar em todas as DREs.

As taxas de matrículas de jovens com 15 e 16 anos na EJA correspondem a 11% (5.091), em relação ao total de matrículas na EJA (46.970), sendo 3,1% (157) no correspondente aos anos iniciais, e 96,9% (4.934) aos anos finais.

O percentual de estudantes de 15 e 16 anos matriculados na EJA correspondente ao último ano do fundamental representa 59,6% do total de matrículas dessa faixa etária.

Esse percentual perverso revela a necessidade de revisão dos critérios de avaliação do ensino fundamental regular, com flexibilização e aproveitamento de estudos concluídos com êxito que favoreçam a permanência dos estudantes no Ensino Fundamental Regular.

3.3.1. EJA Regular

A Modalidade EJA Regular é presencial e ofertada em unidades educacionais de Ensino Fundamental (EMEFs) e unidades de Ensino Fundamental e Médio (EMEFPs).

O atendimento é oferecido somente no período noturno, de 4 horas diárias, em curso organizado em quatro etapas de 2 semestres cada (Alfabetização, Básica, Complementar e Final).

Tabela 2 – Atendimento e Rendimento na EJA Regular da Rede Municipal São Paulo

2019	Matrículas	Aprovado		Reprovado		Abandono	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Regular	29.563*	16.619	56,2	8.608	29,1	4.336	14,7

Fonte: Sistema escola on-line Matrículas 2019 Acesso em 31/05/2021

* nessa modalidade dos 29.865 matriculados, 302 estudantes tiveram transferência ou reclassificação

Em 2019, 63% do total de matrículas estão na EJA Regular corresponde e constata-se a necessidade imperiosa de uma proposta com maior flexibilidade curricular, de tempos e espaços, de metodologias e relações considerando-se que 44% dos estudantes abandonaram ou foram reprovados, o que representa um total de 12.944 estudantes que correm o risco de não

completar o Ensino Fundamental.

3.3.2. EJA Modular

Outra forma de atendimento na Rede Municipal é a da EJA Modular, oferecida em 18 unidades educacionais no período noturno, organizada em módulos por áreas de conhecimento e atividades de enriquecimento curricular. Os módulos são independentes e não sequenciais, com duração 50 dias letivos cada módulo, em 2 horas e 15 minutos diárias, correspondentes a 3 horas-aula presenciais e outras 2 horas-aula para atividades de enriquecimento curricular de presença optativa e/ou compensação de ausência. Organiza-se nas mesmas quatro etapas (Alfabetização, Básica, Complementar e Final). Ao final de cada módulo, o estudante pode optar pela continuidade dos estudos, cursando outro módulo, ou, se necessário, retornar posteriormente, sem a necessidade de refazer os módulos já cursados.

Tabela 3 – Atendimento e Rendimento na EJA Modular na Rede Municipal São Paulo

2019	Matrículas	Aprovado		Reprovado		Abandono	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Modular	5.316*	2.246	42,2	1.996	37,6	1074	20,2

Fonte: Sistema escola on-line Matrículas 2019 Acesso em 31/05/2021

* nessa modalidade dos 5.619 matriculados, 303 estudantes tiveram transferência ou reclassificação

Embora a EJA Modular apresente em sua organização avanços significativos na flexibilização dos tempos e na organização curricular, observa-se que os resultados apresentados nesta Tabela 3, demonstram a necessidade de que se investigue junto aos estudantes as causas do baixo rendimento (42%) e do alto índice de retenção e desistência (58%) para nortear a equipe educacional na redefinição da proposta pedagógica.

3.3.3. Centros Integrados de EJA (CIEJAs)

Os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs) tiveram sua origem nos Centros Municipais de Ensino Supletivo – CEMES. Realizam atendimento presencial no horário das 7h30 às 22h15, em 3 turnos (manhã, tarde e noite) e 6 possibilidades de horários. A proposta curricular é estruturada nos 4 módulos anuais que correspondem às etapas de Alfabetização, Básica, Complementar e Final, com duração de 200 dias letivos cada, desenvolvidos em encontros diários de 2 horas e 15 minutos, que correspondem a 3 horas-aula.

Atualmente, a rede municipal conta com dezesseis CIEJAs, localizados em diferentes regiões da cidade.

Tabela 4 – Atendimento e Rendimento no CIEJA na Rede Municipal São Paulo

2019	Matrículas	Aprovado		Reprovado		Abandono	
		Nº	%	nº	%	nº	%
CIEJA	12.091*	5.932	49,1	2.643	21,8	3.516	29,1

Fonte: Sistema escola on-line Matrículas 31/05/2021

* nessa modalidade dos 12.202 matriculados, 111 estudantes tiveram transferência ou reclassificação

Destaca-se que os CIEJAs atendem nos períodos da manhã e tarde, além do noturno, o que o torna acessível a mais diversificadas realidades e necessidades de atendimento.

Catelli Jr e outros (2019), baseados em estudos como os de Di Pierro (2017), Faria (2014), Luiz (2013), Ruotolo e Ginanoni (2017) e Singer (2008), analisam positivamente o atendimento nos CIEJAs:

“por favorecer o trabalho coletivo e a formação docente, recriar os vínculos dos jovens, adultos e idosos com o conhecimento, propiciar o acolhimento de grupos vulneráveis (como adolescentes em conflito com a lei, pessoas com deficiência e transgênero) e exercitar a gestão democrática”.

Contudo os dados insatisfatórios apresentados nessa modalidade demonstram a necessidade de organizar propostas que avancem na qualidade do atendimento oferecido, que traduzam os interesses dos estudantes e suas expectativas e minimizem as causas da reprovação e do abandono, que representam 51% dos matriculados, o maior de todas as modalidades.

3.4. Atendimento e Rendimento em todas as modalidades EJA

A seguir, dados globais referentes a atendimento, aprovação, retenção e abandono na Rede Municipal de Ensino

Tabela 5 - Dados relativos ao Atendimento e Rendimento na Rede Municipal

2019	Total de Matrículas	Aprovado		Reprovado		Abandono	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	46.970	24.797	52,8	13.247	28,2	8.926	19

Fonte: Sistema escola on-line Matrículas 2019 Acesso em 31/05/2021

* do total de 46.970: dos 47.686 matriculados, 716 estudantes tiveram transferência ou reclassificação

No conjunto da oferta da EJA na Rede Municipal de Ensino, nesta Tabela 5 constata-se elevados índices de abandono e retenção, que somados, representam 47,2% do total de estudantes, os quais tiveram sua trajetória escolar malograda.

A matrícula na EJA nas 13 Diretorias Regionais de Educação, varia de 2.000 na DRE Butantã até 8.000 na DRE Campo Limpo, nos diferentes atendimentos EJA: Regular, Modular E CIEJA. (**ANEXO III**) e os percentuais de atendimento de estudantes de 15 e 16 anos varia de 8,5 % a 14,1% do total de matrículas EJA em cada região.

Tabela 6 – Dados de Rendimento por faixa etária

2019	Percentual de Rendimento por Faixa etária						
	15 e 16	17 a 19	20 a 24	25 a 30	31 a 40	41 a 50	51 ou mais
Aprovação	54,3	46,3	44,8	49	55,7	59,6	56,6
Reprovação	33,2	32,8	28,1	25,4	23,4	24,9	29,1
Abandono	12,5	20,9	27,2	25,6	20,9	15,5	14,2

Fonte: Sistema escola on-line Matrículas 2019 Acesso em 31/05/2021

A Tabela 6 apresenta índices bastante preocupantes quanto ao rendimento dos estudantes de 15 e 16 anos: a média de reprovação nas 13 DREs equivale a 33,2% do total de 5091 (157 + 4.934) que somados ao índice de abandono 12,5% aproxima-se dos 46%. (ANEXO IV). Nas faixas etárias de 17 a 30 anos, os índices são ainda piores, cerca de 54% de insucesso.

Tabela 7 – Rendimento no último ano EJA

2019	15 e 16 anos									
	Anos iniciais	Anos finais	Último ano		Aprovação último ano		Reprovação último ano		Abandono último ano	
	157	4.934	3.029	59,5%	1.814	59,9%	921	30,4%	294	9,6%

Fonte: Sistema escola on-line Matrículas 2019 Acesso em 31/05/2021

A Tabela 7, revela que cerca de 60% dos estudantes EJA com 15 e 16 anos estão matriculados no correspondente ao último ano do ensino fundamental, ou seja, esses estudantes deveriam estar cursando o ensino fundamental regular e sendo beneficiados por flexibilização de estudos com matrículas por disciplina e aproveitamento de estudos realizados com êxito.

No referente ao rendimento desses estudantes temos a terrível marca de 40% reprovados ou que abandonam, com a perspectiva de não concluírem o ensino fundamental. (ANEXO V).

Por faixa etária, as matrículas nos diferentes atendimentos na EJA indicam que a maior concentração (14.539), 30% do total das matrículas, corresponde a estudantes de 15 a 19 anos (ANEXO VI).

Tabela 8– Percentual de matrícula por faixa etária

2019	Total de Matrículas	Matrícula por Faixa etária					
		15 a 19	20 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 ou mais
Total	46.970	30%	20%	15,5%	18,4%	11%	4%

Fonte: Sistema escola on-line Matrículas 2019 Acesso em 31/05/2021

Dos 46.970 estudantes matriculados na EJA, 14.168 se autodeclaram brancos, 3.651 negros, 15.749 pardos, 91 indígenas, 123 amarelos e 13.188 constam sem informação (ANEXO VII).

Na análise de resultados por raça temos que o menor índice de rendimento é dos estudantes que

466	se autodeclararam negros, e a somatória destes com os que se autodeclararam pardos revela um
467	percentual de rendimento muito próximo ao dos autodeclarados brancos.
468	Em relação ao abandono o percentual é muito semelhante nos diferentes grupos: 19,5% pardos,
469	19,9% os brancos, 20,6% os negros.
470	Na intersecção dos dados dos estudantes por gênero e os diferentes atendimentos, constata-se
471	que as mulheres apresentam um maior número de matrículas, melhores índices de
472	aproveitamento (49,4% masculino e 55,5% feminino) e menores índices de abandono (20,2 %
473	masculino e 18% feminino) (ANEXO VIII).
474	Considerando os dados apresentados - altos índices de retenção e abandono em todos os
475	modelos da EJA e, tendo como parâmetro, as características dos estudantes, constata-se a
476	necessidade urgente da construção de proposta de nova organização curricular e mais do que
477	isso, o oferecimento de Qualificação Profissional e Estágio Profissional Supervisionado.
478	4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS
479	Essas constatações indicam que o desafio da expansão do atendimento na EJA não reside apenas
480	na população que jamais foi à escola, mas se estende àquela que frequentou a escola e não
481	obteve aprendizagens suficientes para seguir aprendendo ao longo da vida.
482	<i>Nos próximos 15 anos e adiante, os países enfrentarão um complexo</i>
483	<i>conjunto de desafios relacionados a questões como migração em massa,</i>
484	<i>emprego, desigualdade, sustentabilidade ambiental e mudanças tecnológicas</i>
485	<i>aceleradas. A aprendizagem e a educação de adultos são componentes</i>
486	<i>centrais das políticas públicas que podem ajudar a lidar com esses desafios. A</i>
487	<i>aprendizagem e a educação de adultos contribuem para a prevenção de</i>
488	<i>conflitos e da pobreza, ao ajudar as pessoas a aprender a viver juntas, a ser</i>
489	<i>saudáveis e a prosperar, independentemente de sua situação econômica,</i>
490	<i>social ou cultural. (UNESCO 2016)</i>
491	Às questões desafiadoras mencionadas nesse Relatório da UNESCO, soma-se, atualmente, a
492	previsão de aumento, no futuro próximo, de jovens que sofreram prejuízos em sua escolaridade,
493	em razão dos efeitos da pandemia provocada pela Covid 19.
494	Há que se pensar em uma escola mais atrativa, em cursos organizados sem estrutura rígida, com
495	metodologias de aprendizagem ativas e participativas, ou seja, estratégias de ensino que
496	favoreçam a todos e, também assegurem acessibilidade para aqueles que dela necessitam, com
497	atividades significativas, inclusive associadas com profissionalização, como prescreve o § 3º do
498	Art. 37 da LDB, de tal forma que instiguem os jovens e adultos a buscarem conhecimentos, se
499	empenharem nas aprendizagens, não desistirem de concluir o Ensino Fundamental, serem
500	participantes ativos do processo e tenham interesse em frequentar a escola, visando, inclusive, à
501	Qualificação Profissional nas etapas e módulos correspondentes aos anos finais do Ensino
502	Fundamental.

503	Para isso, podem ser estabelecidas parcerias com instituições, programas e projetos públicos e
504	instituições privadas ou comunitárias que ofereçam os cursos adequados.
505	É importante lembrar, ainda, que o § 3º do Art. 37 da LDB prevê que a EJA deve se articular,
506	preferencialmente, com a Educação Profissional, o que, também, permite que venha a ser
507	realizado <i>Estágio Profissional Supervisionado</i> , nos termos da Lei nº 11.788/2008, quando
508	articulada com a EJA correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental. A propósito, o Art.
509	1º da Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes o define como “ <i>ato educativo</i>
510	<i>escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o</i>
511	<i>trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de</i>
512	<i>educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos <u>anos</u></i>
513	<i><u>finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos</u>”</i> . (g. n.)
514	No período noturno, os cursos da EJA devem ser adequados às necessidades e interesses desses
515	estudantes, que tenham características e formas de organização flexíveis, garantindo-se aos que
516	forem trabalhadores as condições de acesso, permanência na escola e efetiva aprendizagem, que
517	devem ser buscadas mediante ações integradas e complementares entre si, como reza a
518	Constituição Federal, secundada pela LDB.
519	A EJA no Município de São Paulo, considerando a diversidade da população demandante, deve,
520	portanto, incorporar flexibilidade no currículo, na organização dos espaços e tempos de
521	aprendizagens, nas metodologias participativas, a fim de promover condições diferenciadas que
522	atendam suas necessidades e singularidades para a conclusão com êxito da trajetória escolar.
523	Entende-se que está garantida na LDB, a autonomia de cada unidade educacional para a
524	organização e construção de sua Proposta Pedagógica, em especial no estabelecido em seus Arts.
525	23 e 24 da LDB.
526	Cabe ressaltar que as novas Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos,
527	instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 01/2021, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 1/2021,
528	traz ampla flexibilidade, inclusive de tempos para cumprimento da carga horária exigida, quando
529	dispõe sobre quatro tipos de oferta da EJA - <i>Combinada, Direcionada, Multietapas e Vinculada</i> -
530	conforme ANEXO I , sendo que, como já indicado, possibilitam atendimento que conjuga tempos
531	presenciais com não presenciais, e espaços da escola com espaços externos.
532	Tais ofertas devem ser consideradas pela SME, em virtude de experiências anteriores (Centros de
533	Ensino Supletivo - CEMEs, a parcial Reorganização da EJA, autorizada pelo CME em 2007) bem
534	como das atuais em funcionamento (CIEJAs e EJA Modular), que já utilizaram ou utilizam medidas
535	e estratégias constantes nas propostas de flexibilização indicadas por Diretrizes editadas pelo CNE
536	e pelo CME SP - Recomendação CME 03/2021 e Resolução CME 03/2021.
537	5. DIRETRIZES PARA A EJA: PROPOSIÇÕES
538	Sinalizam-se, a seguir, como aportes e concepções fundamentais para flexibilização da
539	organização da EJA, aspectos que devem ter início na busca ativa e no acolhimento, alcançando a
540	concepção e organização dos tempos, dos espaços, e da organização curricular.

541	5.1. Busca ativa:
542	— Busca dos jovens e adultos matriculados com faltas recorrentes ou que deixaram de
543	frequentar a escola ou deixaram de fazer a matrícula;
544	— Adoção de estratégias visando tornar conhecidas as oportunidades oferecidas, bem como a
545	motivá-los à matrícula ou matrícula;
546	— Ampla divulgação das ofertas da EJA, a ser empreendida, seja pelos meios de comunicação,
547	seja pelo engajamento da comunidade, em colaboração com outros órgãos, instituições,
548	associações e empresas locais para essa divulgação, visando a inclusão de jovens e adultos que
549	não frequentaram escola ou o fizeram há muito tempo.
550	5.2. Acolhimento:
551	<u>Quando o jovem/adulto procura uma das Unidades Educacionais:</u>
552	— Escuta atenta sobre os motivos/expectativas de retorno às atividades escolares;
553	— Indicação, pela Unidade Educacional, da melhor forma de atendimento que corresponda às
554	expectativas explicitadas pelo jovem/adulto;
555	— Realização do cadastro na forma escolhida pelo estudante;
556	— Efetivação da matrícula.
557	<u>Quando o estudante desistiu de frequentar o curso:</u>
558	— Levantamento, por parte da Unidade Educacional, dos motivos que levaram à desistência;
559	— Indicação de outras formas de atendimento para favorecer seu retorno aos estudos, na
560	mesma ou em outra Unidade Educacional;
561	— Realização de pesquisa específica com egressos sobre os fatores (extra e intraescolares) de
562	abandono escolar, de modo a apreciar o peso relativo desses fatores e estabelecer metas de
563	redução dos índices de abandono, a ser perseguida;
564	— Identificação das dificuldades de aprendizagem, entre outros meios, pela análise das
565	avaliações.
566	5.3. Tempos:
567	— Individualização dos tempos de percurso dos estudantes, diferentes dos estabelecidos para a
568	carga horária e dias letivos do curso, considerando seus históricos e condições pessoais, suas
569	disponibilidades e seus ritmos individuais;
570	— Aplicação de instrumentos de individualização dos tempos de percurso no curso, tais como,
571	aproveitamento de estudos, saberes e experiências ao longo da vida, classificação,
572	reclassificação, avaliação e reforço/recuperação, aceleração de estudos, matrícula por
573	componente curricular/área de conhecimento;
574	— Adoção das medidas de flexibilização para a garantia do direito à aprendizagem, constantes da
575	Recomendação CME nº 03/2021 e da Resolução CME 03/2021;
576	— Adoção das possibilidades de tempos de frequência no curso, seja no ambiente escolar, seja
577	em ambientes externos, como indicadas pela Resolução CNE/CEB nº 01/2021, que institui
578	nacionalmente as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

579	5.4. Espaços:
580	— Integração de ambientes externos de aprendizagem, além dos ambientes da Unidade
581	Educacional, desde que as atividades sejam pedagogicamente orientadas e acompanhadas, com
582	amparo nas possibilidades estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 01/2021
583	— Adoção de metodologias que combinem atividades presenciais e não presenciais para o
584	desenvolvimento de componentes curriculares, principalmente para atender situações
585	relacionadas com o trabalho ou com as especificidades familiares dos estudantes;
586	— Realização de parcerias com outros órgãos, instituições, associações e empresas, inclusive para
587	integração da própria prática de trabalho, visando ofertar Qualificação Profissional, com
588	possibilidade, nos termos legais, de realização de Estágio Profissional Supervisionado, quando for
589	articulada com o correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental;
590	— Oferecimento, segundo as possibilidades de cada Unidade Educacional, de espaço para
591	acolhimento dos filhos/filhas das/dos estudantes durante o período de frequência às atividades
592	presenciais.
593	5.5. Currículo:
594	— Organização curricular flexível e diversificada, sem uniformidade, sendo sua unidade baseada
595	no mínimo presente nos meios para implementação do Currículo da Cidade de São Paulo e da
596	BNCC na EJA, considerando ainda as especificidades dos estudantes que já possuem experiências
597	variadas, crenças e concepções sobre inúmeros aspectos;
598	— Concepção do Currículo, conforme documento curricular da Cidade, como um campo aberto à
599	diversidade, não só no sentido de aprendizagens diferentes, como também de aprender de
600	diferentes maneiras, reconhecendo que os jovens e os adultos apresentam ideias mais
601	elaboradas sobre a realidade e que suas formas de aprender, bem como suas experiências,
602	precisam ser consideradas, o que exige o rompimento com qualquer proposição de simetria com
603	o ensino regular para crianças e adolescentes;
604	— Concepção de Propostas Pedagógicas que garantam o tratamento intercultural e
605	interdisciplinar dos estudos, com especial atenção nas etapas em que atuam professores com
606	aulas atribuídas por componentes curriculares, bem como o estabelecimento de uma interação
607	dialógica entre estudantes e os professores, ancorada no respeito, na valorização e na confiança;
608	— Criação e incorporação, no processo formativo, de tempos e espaços para suporte e atenção
609	individual às necessidades dos estudantes, possibilitando percursos individualizados e
610	significativos, mediante atividades, entre outras, de orientação de estudos, recuperação de
612	aprendizagem, atendimento individualizado e de metodologias ativas;
613	— Desenvolvimento de Projetos, de natureza sociocultural ou sócio-civil, de interesse individual,
614	grupal ou comunitário, preferencialmente interdisciplinares e compondo a carga horária do
615	curso;
616	— Qualificação Profissional, mediante cursos presenciais ou a distância que favoreçam a
617	integração de objetivos de aprendizagem para o trabalho, conduzidos diretamente por
618	professores das próprias Unidades Educacionais, ou em parceria com outras instituições ou

programas e projetos públicos ou de instituições privadas ou comunitárias, com possibilidade de inclusão de Estágio Profissional Supervisionado nos anos finais do Ensino Fundamental;

- Atividades e vivências socializadoras, de caráter cultural, recreativo e esportivo inseridas para composição do percurso formativo, na perspectiva da garantia de multiplicidade de experiências e do multiletramento;
- Orientação permanente dos estudantes, visando a maior participação nas atividades e melhor aproveitamento e desempenho;
- Programas sistematizados de formação continuada destinados aos educadores, com foco nas especificidades do processo de aprendizagem de jovens e de adultos.

Diante do exposto, em especial dos preceitos constitucionais e das possibilidades legais e normativas em vigor, e das experiências históricas construídas pela Rede Municipal para a EJA, recomenda-se que as múltiplas oportunidades, com diferentes formas e possibilidades de flexibilização, sejam a diretriz da reorganização da política de atendimento da EJA municipal, a Resolução CNE/CEB nº 01/2021, as medidas de flexibilização para a garantia do direito à aprendizagem dispostas na Recomendação CME nº 03/2021 e na Resolução CME 03/2021, assim como as premissas apresentadas nesta Recomendação.

Considerando, por outro lado, a importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) diante das mudanças que sejam implementadas em cada Unidade Educacional que oferece a EJA, para garantir a aprendizagem com a possibilidade de diferentes formas de organização, sugere-se à SME que assegure às suas Unidades a discussão com alunos e professores do seu PPP.

Recomenda-se à SME que, além da Instrução Normativa com orientações às equipes educacionais, seja elaborado guia informativo para que os estudantes tenham pleno conhecimento de seus direitos e deveres, em especial quanto às medidas de flexibilização e às possibilidades de parceria para oferta de cursos de Qualificação Profissional.

II- CONCLUSÃO

Submete-se ao Conselho Pleno o teor da presente Recomendação, com Diretrizes Gerais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, mantida pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

III – DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação aprova, por unanimidade, a presente Recomendação.

Sala do Plenário, em 23 de setembro de 2021.

Conselheira Rose Neubauer
Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME SP

ANEXOS – <https://bit.ly/3uxhQ1p>

I – Leis e Normas Nacionais

II – Referenciais Legais e Normativos

III – Distribuição de Matrícula, por DRE, de estudantes de 15 e 16 anos

IV – Distribuição de Matrícula, por DRE, de estudantes de 15 e 16 anos e respectivos percentuais de rendimento

V – Distribuição de Matrículas EJA Ensino Fundamental, no último ano, de estudantes com 15 e 16 anos, por desempenho

VI – Distribuição de matrículas na EJA por modalidade, idade e rendimento

VII – Distribuição de matrículas na EJA por modalidade, raça e rendimento

VIII – Distribuição de matrículas na EJA por modalidade, sexo e rendimento

IX – Referências e Notas de final de texto